Cláudio Fortuna entrevista Nataniel Ngomane - “Não sou lusófono, porque a minha matriz fundamental é bantu”

Cláudio Fortuna e Nataniel Ngomane

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/1236>

DOI: 10.4000/ras.1236

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 junho 2011

Paginação: 151-164

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Cláudio Fortuna e Nataniel Ngomane, « Cláudio Fortuna entrevista Nataniel Ngomane - “Não sou lusófono, porque a minha matriz fundamental é bantu” », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 7 | 2011, posto online no dia 13 outubro 2016, consultado no dia 15 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/ras/1236>

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 setembro 2020.

© SASO

Cláudio Fortuna entrevista Nataniel Ngomane¹ - “Não sou lusófono, porque a minha matriz fundamental é bantu”

Cláudio Fortuna e Nataniel Ngomane

NOTA DO EDITOR

Fonte: *Semanário Angolense*, nº 413 e 414

Data: 23 e 30 de Abril de 2011

- 1 Nataniel Ngomane é director da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, que lecciona os cursos de jornalismo, música, teatro e ciências da informação.
- 2 O *Semanário Angolense* entrevistou este académico moçambicano, aquando da sua estadia em Luanda, para leccionar seminários de Mestrado na área de Estudos Comparados, o que “sinaliza uma nova parceria, agradável e necessária, dado o facto de ambos os países falarem a língua portuguesa e terem desafios comuns para construção das respectivas nações.”

C. Fortuna – Como estão a decorrer os cursos de pós-graduação, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), no que diz respeito ao ensino de literatura?

N. Ngomane – No que diz respeito à literatura, ainda não temos, propriamente, um programa de pós-graduação. Temos uma Faculdade de Letras e Ciências Sociais que congrega, entre os seus cursos, os de Letras. Na altura em que foram produzidos os mestrados em Linguística, ainda não tínhamos um corpo docente qualificado para abrir um curso de pós-graduação em Literatura. Neste momento já estamos, mais ou menos, preparados. Ou seja, temos um corpo docente qualificado e estamos a trabalhar no sentido de produzirmos um programa de Mestrado que culmine em

estudos de Doutoramento em literatura. Mas já temos mestrados e doutoramentos em linguística e em outras áreas, na UEM.

C. Fortuna – Sabemos que está cá para orientar alguns seminários de mestrado aqui no ISCED². Gostávamos de ouvir de si, como é que estão a correr, e como é que surge esta parceria?

N. Ngomane – Esta parceria é do tipo que acontece no meio universitário. Não sei quem foi que deu o meu nome ao ISCED. A verdade é que um dia recebi um e-mail, de uma professora que esteve aqui no ISCED, a Dra. Luísa Coelho, convidando-me para orientar estes seminários, na área da Didáctica de Línguas, para um curso de Mestrado em Literatura e Língua Portuguesa. Respondi que não entendia nada de didácticas e que a minha área era a Literatura Comparada. A professora Coelho disse-me que não havia nenhum problema, que se podia mudar o programa para Literatura Comparada, que seria bem-vinda. Como a professora Coelho terminou o contrato dela em Luanda, passei a dialogar com o Prof. Vitorino Reis que, por sua vez, me convidou para orientar um seminário de Literatura Comparada, para este curso de Mestrado.

É nesse âmbito que aqui estou e tem sido uma experiência bastante rica. Moçambique e Angola têm a mesma idade como nações e têm os mesmos desafios, inclusive, na área da Educação e formação de quadros. Logo, não é muito complicado, para quem dá aulas na Eduardo Mondlane, dar aulas aqui no ISCED. Ou seja, não há diferenças significativas entre dar aulas aos estudantes angolanos ou moçambicanos, pois os grandes problemas são fundamentalmente os mesmos. Seguimos, mais ou menos, o mesmo percurso. Refiro-me particularmente à prosa, área em que mais trabalho: o início do romance angolano nos finais do século XIX, o moçambicano na primeira metade de XX... Existem certas proximidades, o que facilita o processo. A língua é a mesma, parte substancial das nossas culturas é bastante próxima. É só olharmos para a nossa comum matriz bantu e, mesmo olhando para a matriz portuguesa, sentimos que há uma grande proximidade. Portanto, tem sido bastante gratificante esta experiência, sobretudo a troca de experiências com colegas angolanos do ISCED.

C. Fortuna – Como avalia o grau de assimilação e de conhecimentos dos estudantes neste curso?

N. Ngomane – São estudantes bastante participativos, são muito informados. Como em qualquer sala de aulas, há sempre uma ou outra informação que é nova para os estudantes. Mas, de uma maneira geral, têm informação suficiente para estabelecer o diálogo que nós queremos. E porque o objectivo último deles é produzir trabalhos de Mestrado, nós temos tentado dar o máximo de colaboração nesse sentido, procurar iluminar um pouco aquelas zonas de penumbra que os habitam, discutindo os seus projectos e ideias, clarificando aquilo que podemos clarificar a partir do nosso conhecimento, por via da oferta possível de bibliografia.

C. Fortuna – Como avalia a literatura de expressão portuguesa, ou mais concretamente dos PALOP?

N. Ngomane – Não sou a pessoa ideal para fazer uma avaliação dessa natureza. Falar de uma literatura de língua portuguesa... prefiro utilizar a expressão *literaturas de língua portuguesa*, no plural, e não “literatura de expressão portuguesa”. Porque nós somos uma constelação de nações, uma constelação de culturas; e seria complicado procurarmos uma forma singular de nomear a nossa expressão cultural.

Por outro lado, eu não sou, necessariamente, um indivíduo de “expressão portuguesa”. Recuso ser chamado de lusófono. Não sou lusófono, mesmo porque a minha matriz fundamental é bantu. Falo *citswha*³, que é a minha língua materna; falo *copi*⁴, que é a língua da minha mãe; falo *xironga*, que é a língua através da qual me socializei, a língua da minha infância; e tenho a língua portuguesa, que aprendi aos 7 anos, porque tinha que entrar para a escola. Não sou lusófono. Em termos culturais, o meu ideal de casamento, de morte, de convívio, de riso, é um ideal não necessariamente português, mas necessariamente bantu. “Lusofonia”, “expressão portuguesa”... são adjetivos que não têm nada a ver comigo. Daí preferir expressões como *países de língua portuguesa*, *países africanos de língua portuguesa*, *literaturas africanas de língua portuguesa* – e sempre no plural, evidentemente, porque Angola é diferente de Moçambique; Moçambique é diferente da Guiné; Guiné diferente de Cabo Verde; e por aí em diante.

Julgo ser fundamental usar o plural, porque somos uma diversidade, para não cair no erro que muitos críticos (especialmente os de fora do nosso continente) caem, de dizer por exemplo “queremos uma cooperação entre Portugal, Brasil e África”, como se África fosse um país. Temos inúmeras diversidades no nosso continente, de Norte a Sul. E mesmo na África Austral, onde há algumas proximidades, há também diferenças abismais. Temos que olhar e perceber isso de forma bastante clara. Justamente por isso, não me sinto em condições de fazer a avaliação que me pede. Posso dar algumas ideias em torno dessa questão, o que não significa que esteja a fazer uma avaliação das literaturas de língua portuguesa no continente africano.

Pensar nas literaturas africanas de língua portuguesa é um fenómeno novo, comparativamente a olhar, por exemplo, para as literaturas inglesa, francesa ou alemã, que têm longa tradição, têm muitos séculos de vida. Ao olharmos para a literatura de Moçambique, ou de Angola, vemos literaturas absolutamente novas, surgidas recentemente, ainda em fase de consolidação. Ainda assim, hoje já podemos falar destas literaturas como literaturas nacionais, embora ainda exista um discurso que procura *uniformizar* estas literaturas, como se se tratasse apenas de uma. Basta olharmos para as universidades pelo mundo fora, para percebermos que a maior parte delas têm áreas chamadas “literaturas africanas”, “literaturas africanas de expressão portuguesa”... Algumas chamam mesmo “literaturas lusófonas”, o que é muito discutível. Já existe uma Literatura Moçambicana, já existe uma Literatura Angolana, uma Literatura Cabo-verdiana, São-tomense... Quer dizer, essas literaturas já se afirmaram autonomamente, são literaturas nacionais. Se olharmos para as dinâmicas dessas literaturas, percebemos que têm grupos de autores que se relacionam, gerações de autores que se ligam, que se influenciam por meio de motivações diversas – seja do ponto de vista ideológico como do ponto de vista político, do ponto de vista estético ou cultural. Essas gerações produzem obras concretas, conjuntos de obras que podem ser reunidas por perspectivas temáticas, estéticas, epocais e outras. E mais do que termos autores e conjuntos de obras, temos necessariamente públicos diversos. Portanto, temos leitores para essas obras. Sendo estes três factores que configuram os sistemas literários, podemos dizer que os nossos países têm, efectivamente, literaturas.

Trata-se de um passo fundamental para os países que surgiram há pouco tempo, há pouco mais de trinta anos. E isto é óptimo, se se tiver que fazer uma avaliação, para dizer o seguinte: as nossas literaturas acabam de surgir, mostram produção estética e

temática riquíssima, e estão numa fase de consolidação. Um número não elevado (mas significativo) dos nossos autores é conhecido lá fora. No caso específico de Moçambique e Angola, posso citar alguns nomes: José Craveirinha, Noémia de Sousa, Luís Bernardo Honwana, Luandino Viera, Artur Pestana (o Pepetela), Luís Carlos Patraquim, Mia Couto, Ungulani ba ka Khosa, Manuel Rui, Eduardo White, João Melo, Paulina Chiziane, Paula Tavares, João Paulo Borges Coelho, Eduardo Agualusa, entre muitos outros. Ou seja, já temos uma série de escritores e de obras que gozam de um reconhecimento nacional e internacional, seja pelo uso dos seus textos em salas de aula, seja pela atribuição pública (reconhecimento público das suas obras) de prémios concretos. Qualquer um desses autores já terá ganho algum prémio dentro do seu país ou fora dele, por causa da obra que produz e do seu consequente reconhecimento, o que é sinal de pertença a algum sistema literário. Então, temos de facto literaturas nacionais. Não só ficamos independentes do ponto de vista político, mas também temos, de certo modo, aquilo que é fundamental em termos culturais: literaturas nacionais.

C. Fortuna – Qual é o paralelismo que podemos encontrar entre as literaturas africanas de língua portuguesa e as de língua francesa e inglesa? Quais são as diferenças e semelhanças existentes, em termos de qualidade literária?

N. Ngomane – A nossa qualidade literária é boa. Muito boa, diga-se. Mas gostava de voltar a chamar à atenção ao facto de não termos *uma* literatura africana de língua portuguesa. Não existe *uma* literatura africana de língua portuguesa; existem várias literaturas africanas de língua portuguesa.

Quanto à comparação em termos de qualidade, é algo muito difícil e complexo. É até perigoso, porque corremos o risco de cair em reducionismos e situações de sobrevalorização sem propósito. Não gostaria de comparar, porque as literaturas de língua inglesa pouco conheço; as de língua francesa também pouco conheço. Mas acredito que as nossas literaturas têm qualidade e têm reconhecimento público. Por isso são estudadas em várias universidades; por isso é que uma parte significativa dos nossos autores são lidos pelo mundo fora, o que é um bom indicador da qualidade das nossas literaturas. E as outras também a têm.

Quando vamos para os países africanos de língua inglesa encontramos autores lidos em todo o mundo. Aqui ao lado, na África do Sul, além de Coetzee, que foi agraciado com o Nobel de Literatura de 2003, temos a Nadine Gordimer, uma grande autora sul-africana, também Nobel de Literatura, em 1991. Temos também em André Brink um grande autor sul-africano. No Zimbabwe podemos citar Nozipo Maraíre, que escreveu *Zenzele* (1996), um belíssimo romance. E podíamos citar outros nomes noutros países africanos, como o caso de Labou Tansi, no Congo, escritor de língua francesa. Precisamos citar N’gugi Wa Thiong’o? Wole Soyinka? Todos eles e muitos outros mostram que as nossas literaturas, de uma maneira geral (sejam de língua inglesa, francesa ou portuguesa), têm qualidade. Não há dúvida quanto a isto. Estamos a falar de literatura; poderíamos estar a falar de música, de teatro; poderíamos estar a falar de outras expressões artísticas como a dança, a pintura, a escultura. Neste domínio, das artes, acho que estamos bem. Precisamos de trabalhar mais e superar a qualidade boa de hoje, trazendo coisas cada vez melhores. Mas não restam dúvidas de que temos literatura de qualidade.

C. Fortuna – Alguns estudiosos dizem que para Angola, particularmente, a década de oitenta foi uma década de ouro, em termos de produção literária de qualidade. E havia uma

componente muito importante para a produção literária, que é a crítica. Do que tem estado a estudar da literatura angolana, sente que a ausência de crítica literária, a sua pouca presença, diminui a qualidade da produção literária? Pelo menos da literatura produzida hoje?

N. Ngomane – Sou apologista da diversidade, não de modelos únicos. Por isso, não acredito que a ideia que se tem dos anos oitenta tivesse que se manter nos anos dois mil; até porque estamos numa outra época, movida por outras forças. Cada época tem os seus valores e deve ser lida em função desses valores, de acordo com a dinâmica histórica, social e cultural dessa mesma época.

Não conheço a literatura angolana. Conheço alguns autores, que já fiz referência, como o Pepetela, o Luandino, Paula Tavares, Manuel Rui, João Melo, Agualusa. O Ondjaki, por exemplo, até agora só conheço de nome. Ainda não li nenhuma obra dele. Não tenho vergonha nenhuma de dizer isto. Portanto, conheço muito pouco e muito pouco também conheço da crítica angolana. Não conheço quase nada. Logo, não me posso pronunciar sobre isso. Mas sei que há um discurso mais ou menos similar ao de Moçambique, em que inclusive se fala de uma crise da literatura. Acho que cada época é uma época; não podemos esperar que anualmente apareça um Mia Couto, um Ungulani ba ka Khosa, uma Paulina Chiziane. O que não impede que apareça um Ondjaki em Angola, ou um João Paulo Borges Coelho em Moçambique, que escreveu esse romance monumental que se chama *O olho de Hertzog* (2010). Quantos Camões tem Portugal? Quantos Fernandos Pessoa tem Portugal? Há toda uma dinâmica natural (embora estejamos a falar de cultura, mas a cultura tem uma relação com a Natureza), nestes fenómenos, que tem de ser lida dentro da sua própria lógica. Julgo ser isto que está a acontecer. Há sempre momentos altos e momentos baixos, em qualquer fenómeno, em que os momentos baixos não implicam necessariamente uma crise, mas um estado normal e ideal da época que se está a viver, com todas as vicissitudes típicas dessa época; com todos os problemas inerentes a essa época, enquadrados numa dinâmica mais global. No caso, a dinâmica global pode ter a ver com as crises financeiras, com os níveis e qualidades da educação não só em Angola ou em Moçambique, mas em todo o mundo. Talvez seja o caso de a gente lançar o olhar para fora das nossas fronteiras, começar a verificar o que se passa nos outros países e comparar: qual era a situação nos anos oitenta nesses países e qual é agora, nos anos dois mil? O que resulta daí? Não é um problema só de Angola, ou Moçambique; trata-se de uma conjuntura global e que, como tal, deve ser lida dentro da própria época e no âmbito da dinâmica que hoje se vive.

C. Fortuna – Mas a crítica é inegavelmente um barómetro que ajuda a medir a qualidade literária. E como a literatura é um produto vendável, surge o problema da aceitação das editoras. Não é fundamental a crítica literária, que serviria de garante para o êxito deste processo?

N. Ngomane – De facto, é um elemento fundamental. Mas quanto é que ganha um crítico por escrever um texto de crítica? Deixa de fazer as suas coisas, escreve um texto crítico... e não recebe nada por isso. Não será, este, um grande problema? Porque as restantes profissões são pagas para fazerem o que estão a fazer. Quem é que paga a crítica? Quem respeita a crítica? Quem dá valor à crítica? As pessoas pedem sempre para fazer um prefácio, uma apresentação dos seus livros. Quanto se ganha por isso? Imaginam quanto se despende para fazer isso? A sociedade valoriza a crítica? Até que ponto? Estas coisas devem ser vistas também de uma outra forma. Já houve tempos em que se vestia a camisola porque se gostava; basta ver como se fazem

as transacções dos futebolistas. A dinâmica é outra, não vamos pensar num trabalho de crítica literária hoje, nos anos dois mil (em que as pessoas lutam para sobreviver), com a crítica que se fazia nos anos idos. Talvez seja necessário repensar um pouco isso, porque temos de facto bons críticos. Em Moçambique, falar de um Lourenço de Rosário, um Gilberto Matusse, Teresa Manjate, Francisco Noa, é falar de bons críticos. Estes dão aulas de literatura, prefaciam e apresentam livros. E isso está aí... é público.

C. Fortuna – Qual o papel que as Faculdades de Letras podem jogar para garante do desenvolvimento dos estudos literários e da crítica?

N. Ngomane – Esse papel é o papel geral, ou global, de uma universidade: conferir qualidade aos seus cursos. No caso da literatura, é evidente que queremos o melhor para os nossos estudantes. Queremos que eles conheçam os textos, conheçam os mecanismos para a sua compreensão e análise, sejam capazes de interpretá-los de forma adequada, vendo neles representações simbólicas das dinâmicas sócio-culturais e históricas. É papel das faculdades oferecer um ensino de qualidade, oferecer instrumentos de qualidade que possibilitem análises e pesquisas e, inclusive, processos de ensino e aprendizagem baseados na leitura de textos literários. Creio que é fundamentalmente isto que devemos oferecer e é o que temos estado a tentar, de alguma forma, oferecer.

C. Fortuna – Falou de ensino de qualidade. Recordamo-nos de que alguns, nostálgicos, dizem que nos anos oitenta havia textos de melhor qualidade, porque muitos dos escritores e dos que trabalhavam nos textos literários tinham uma base de formação colonial...

N. Ngomane – É uma leitura parcial. Absolutamente parcial. Há outros elementos e factores que não têm nada a ver com o facto de se vir, ou não, de uma escola colonial. Há questões mais conjunturais, como por exemplo o facto de a maior parte dos docentes (pelo menos na minha Universidade é assim) serem assistentes estagiários, ou assistentes apenas; isto já é um elemento que coloca em cheque a própria qualidade do ensino universitário. Sabemos que a norma geral é que o docente universitário tenha o título de Doutor – porque este título, de alguma forma, implica uma experiência, implica uma leitura dos fenómenos de forma diferente. A gente cai um pouco no absurdo, quando um sujeito que termina hoje o nível secundário, amanhã está a dar aulas nesse mesmo nível. Não há aí nenhuma diferença. É lógico que aí se descubram, depois, zonas de fraqueza. O mesmo acontece no ensino universitário, ou seja, há outros elementos, outros factores de ordem social, e até de ordem económica e cultural que interferem – e não apenas a questão da qualidade, como um elemento isolado, um elemento que possa ser visto à parte. Há vários outros elementos que devem ser levados em conta na avaliação desta qualidade.

Por outro lado, não é só a nível da literatura que esta qualidade baixou. Posso me dar a liberdade de dizer que há uma “inflação” de formações. A qualidade que tem a Licenciatura de hoje não tem a mesma que tinha a Licenciatura há dez anos, e isso não tem a ver com o facto de se vir de uma escola do período colonial ou não. O valor que se atribui hoje a um Mestrado não é o mesmo que se atribuí há dez ou vinte anos atrás (e estou a falar dos anos noventa e não dos anos oitenta). Portanto, é toda uma dinâmica social que não pode ser ignorada quando vamos fazer uma análise profunda dos fenómenos sociais, há toda uma série de elementos comprometidos com a dinâmica social de hoje, que é uma outra dinâmica. Estamos numa fase de mudança de paradigmas e, se calhar, ainda não percebemos que o que está a acontecer são

mudanças de paradigmas e não falta de qualidade como tal. Essas mudanças podem ter implicações não apenas no desempenho de certas áreas como na capacidade de visão de certas pessoas, relativamente a certas coisas, pessoas se calhar guiadas por um certo conservadorismo bastante fixo, onde o valor de uma Licenciatura de hoje não é seguramente o valor de uma Licenciatura de há dez anos, o valor de uma quarta classe de hoje não é o valor da quarta classe de há dez anos, assim como não é o mesmo valor que tem o ensino médio hoje. Quais são os argumentos em relação a isto? É porque a Licenciatura de hoje, o nível médio de hoje ou a quarta classe de hoje não vêm da escola colonial? De vez em quando também gosto de colocar veneno em algumas coisas; mas envenenar desse jeito não funciona. É uma mudança paradigmática: a universidade de hoje é diferente da universidade de há algum tempo atrás. O processo de Bolonha tem a ver com o quê? Tem a ver com o ancoramento de um processo colonial? Claro que não! Há toda uma mudança global. A crise mundial tem a ver com o quê? É preciso perceber esta mudança num processo dialéctico global e tentar encaixar todos estes elementos que são bastante vulneráveis a esta dinâmica de hoje. Vejo as coisas desta forma. Há sectores mais vulneráveis e outros menos, relativamente às dinâmicas de hoje. Não creio que tal vulnerabilidade, necessariamente, tenha a ver com a mudança de um período colonial para um período não colonial, e que o período não colonial seja mais fraco.

C. Fortuna – Qual é o papel que as editoras nos nossos países devem jogar, na publicação de autores e obras literárias?

N. Ngomane – Não percebo nada de editoras, logo, não estou em condições de responder a esta pergunta. Penso que esta pergunta deve ser feita às editoras ou às instituições que ditam as políticas do livro.

C. Fortuna – Existem casos no mundo em que as universidades têm as suas próprias editoras. As regras destas editoras devem ser necessariamente as mesmas das editoras independentes?

N. Ngomane – Penso que não. Penso que a obrigação de uma editora universitária é editar trabalhos universitários, fundamentalmente. Se tiverem espaço para editar outras coisas, podem editar; mas fundamentalmente a sua missão é editar trabalhos científicos produzidos na universidade. Entendo as coisas dessa forma, embora nem sempre seja assim. No caso da Universidade Eduardo Mondlane, temos uma imprensa universitária que poderia editar os nossos trabalhos universitários; mas ainda não há uma política que permita isso, que permita que essa imprensa publique textos produzidos pela própria universidade – e os há bastantes. Digamos que esta seria a primeira obrigação desta imprensa universitária, editar os textos universitários: as teses de Doutoramento, de Mestrado e de Licenciatura, artigos diversos, resultados de diversos estudos e pesquisas, que deviam ser publicados. Várias imprensas universitárias (prefiro o termo imprensa universitária do que editoras), noutras partes do mundo, publicam os trabalhos universitários. Algumas, como a da Universidade de São Paulo, ou da Universidade Federal de Minas Gerais, e várias outras, têm como primeira prioridade a publicação de trabalhos universitários, numa perspectiva de divulgação dos trabalhos científicos, dos trabalhos académicos. Acho que esta é a obrigação das imprensas universitárias, que nós deveríamos abraçar com muita força, tendo em vista a divulgação dos trabalhos que temos, mesmo até para estimular a produção de mais conhecimento dentro das nossas universidades.

C. Fortuna – Moçambique já tem um estudo da história da literatura moçambicana?

N. Ngomane – Depende do que isso possa significar. Há textos que fazem referência a isso. A professora Fátima Mendonça tem textos sobre isso, e tem-se dedicado bastante ao processo de ensino da literatura numa perspectiva histórica. Tem uma série de textos que nos têm servido de suporte para o ensino da história da literatura moçambicana. Os programas de ensino têm enfocado esta perspectiva histórica. Não temos uma história da literatura moçambicana, como temos por exemplo os volumes da história de Moçambique. Não temos isso, o que também tem a ver um pouco com o facto de a nossa literatura ser uma literatura nova, o facto de termos ainda, de alguma maneira, um grupo de docentes de literatura ainda muito escasso e haver várias outras prioridades que vêm concorrendo os espaços a serem trilhados. Talvez não tenha chegado, ainda, o momento de uma história da literatura moçambicana com essa dimensão de um manual, de facto, de História da Literatura Moçambicana.

C. Fortuna – Fizemos esta pergunta porque, em 2005, o governo angolano criou uma comissão multidisciplinar de especialistas nacionais e estrangeiros para trabalharem na História da Literatura Angolana, que tinham como meta entregar o primeiro *draft* em 2009. Estamos em 2011 e ainda não se apresentou esse *draft*. Será que é uma tarefa muito complexa fazer um estudo exaustivo da literatura angolana?

N. Ngomane – Não há tarefas fáceis. Não há nenhuma tarefa fácil. Você está aqui a fazer esta entrevista; não vai dizer que esta tarefa é fácil. Conduzir um carro na rua não é uma tarefa fácil; ir à escola com cinco ou sete anos não é uma tarefa fácil; não existem tarefas fáceis. Por outro lado, acredito que não será má vontade da equipa que foi indicada fazer esse estudo, que faz com que não haja respostas. Acredito que existam razões para uma ideia desta dimensão, existem certamente razões bastante profundas que seria interessante a gente saber, ao invés de especularmos. Quer dizer, se eu quero falar de um determinado grupo social, de um determinado povo, de um determinado grupo de pessoas, convém que me situe na perspectiva dessas pessoas, que esteja dentro destas pessoas para poder falar de facto, com conhecimento de causa, sobre estas pessoas. E como não conheço efectivamente ninguém dessa equipa e não sei quais são as razões que estão por detrás do atraso desse processo, se são razões de ordem profissional, se são razões de ordem económica, se são razões de ordem cultural, ou se são razões de ordem ideológica, não sei quais são as razões, várias razões podem estar na peneira, relativamente ao atraso desta resposta. Como não sei quais são essas razões, prefiro não me pronunciar, para não correr o risco de cometer barbaridades.

C. Fortuna – Professor, gostava de ouvir o seu argumento de razão em torno dos termos angolanidade, moçambicanidade ou cabo-verdianidade. Podem-se abordar as nossas literaturas nestes termos?

N. Ngomane – Acredito que sim, que é possível falar-se de uma moçambicanidade literária, da mesma maneira que falamos da nacionalidade moçambicana, que digo que sou moçambicano e você é angolano. A mesma perspectiva permite que a gente fale de uma literatura moçambicana, de uma canção moçambicana, de uma obra moçambicana, de uma pintura moçambicana, de uma escultura moçambicana, de um teatro moçambicano. É possível, sim. Claro que isto não se faz da mesma maneira que a gente fala de uma madeira moçambicana que é um objecto concreto, não é? Como um tipo de árvore que nasce em Moçambique e que só lá é que nasce; não é nesta perspectiva. Mas numa perspectiva mais ampla, numa perspectiva daquilo que nós, em literatura, chamamos *conceito aberto*. E o que é um conceito aberto? É um conceito

que está sempre pronto a receber qualificações e pronto a perder qualificações. Porque a ideia de moçambicanidade, angolidade, portugalidade, brasileiridade... é uma ideia que está em permanente construção. Enquanto a gente estiver viva, está a construir isso, de acordo com a nossa visão do mundo, a nossa maneira de ser, a nossa maneira de falar, o jeito como a gente usa as palavras, o reaproveitamento que a gente faz das palavras. Talvez isso torne Mia Couto mais moçambicano do que outra coisa, embora escreva de forma similar a João Guimarães Rosa e Luandino Vieira; Virgínia Wuollf, Joyce, Proust, Faulkner... Mas cada um destes consegue ser aquilo que é: o Luandino, angolano; o Cuoto, moçambicano; o Guimarães, brasileiro; o Faulkner, americano; o Joyce, irlandês. Mas todos trabalham daquela forma. O que é que faz com que façam isso? Há um toque especial e bastante específico, que os torna diferentes uns dos outros.

Isso é que faz a moçambicanidade. Mas não é uma coisa permanente e fixa, nem é concreta; é algo abstracto, algo presente no nosso imaginário e que nos acompanha, conferindo-nos esta diferença, permitindo-nos dizer: eu não sou sul-africano, swázi, zimbabweano, malawiano nem tanzaniano, que fazem parte da minha região. Não sou nenhuma destas coisas, sou moçambicano. E quando saímos para o exterior e vemos um grupo de pessoas que tem a ver connosco, rapidamente identificamos esse grupo, olhamos e dizemos logo: Aqueles são moçambicanos. Há alguma coisa que conseguimos atingir e capturar na abstracção do nosso imaginário e que permite isso. Portanto, não vejo nenhuma dificuldade em se falar de uma portugalidade, uma moçambicanidade. Esta coisa existe, mas de forma sublime, que só é possível aferi-la a partir do nosso imaginário, da nossa capacidade de olhar, ver e interpretar as coisas.

C. Fortuna – Até que ponto é que a língua portuguesa falada hoje em Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé terá galvanizado o enriquecimento da língua portuguesa em geral?

N. Ngomane – Não sei exactamente. Fala-se muito desta ideia do enriquecimento da língua portuguesa de uma maneira geral. Não sei se, de facto, estamos a enriquecer a língua portuguesa de forma geral, ou se estamos a enriquecer as nossas próprias culturas, individualmente, enquanto Moçambique, enquanto Cabo Verde... É só olharmos para o Brasil: damo-nos conta de que o Brasil realizou certas transformações na língua portuguesa, naquilo que podíamos chamar de base da língua portuguesa, a norma europeia. Hoje há várias modificações introduzidas pelos brasileiros e que não foram, necessariamente, absorvidas pela norma portuguesa, ou europeia. Então, em que medida é que significa enriquecer à língua portuguesa? Talvez se pudesse falar do enriquecimento da língua portuguesa se essas transformações operadas pelos brasileiros entrassem, de facto, no sistema linguístico da língua portuguesa.

Penso que há aqui uma mudança no sentido de perspectivar a existência de uma língua portuguesa brasileira, uma língua portuguesa moçambicana, uma língua portuguesa cabo-verdiana. Tenho a impressão que, por vezes, temos medo de falar disto. Qual é o problema? Os americanos têm uma língua inglesa que não é aquela dos ingleses. Qual é o problema? Cada espaço de língua inglesa tem o seu próprio espaço de língua: os ingleses têm uma série de dificuldades de entenderem e discutirem com os americanos, nessa perspectiva de língua, porque estes inventaram uma outra forma de falar inglês. Porquê que nós não podemos abordar mais profundamente esta questão? Em Moçambique temos uma linguista, a Perpétua Gonçalves, que tem estado

a trabalhar na perspectiva ideal, em termos de leituras das regras sintáticas, das regras morfológicas, na perspectiva de uma língua portuguesa de Moçambique, que ela chama *português de Moçambique*. Trata-se de uma variável que está ganhar contornos que mostram que se está a sedimentar lá uma língua que, tendo nascido daquele tronco, tem estado a ganhar a sua própria autonomia. Com as literaturas deu-se a mesma coisa: as nossas literaturas, como diz muito bem António Cândido, nasceram da literatura portuguesa, constituindo suas ramificações. Mas foram ganhando a sua autonomia, até se cortar o cordão umbilical. Não será isto que está a suceder à língua? Deixo para os linguistas a resposta para esta questão. Esta coisa de enriquecer a língua, o que é?

Parece haver aqui uma tendência a um espírito agregacionista. A ideia da liberdade e da independência, da diversidade, é fundamental e enriquece – se olharmos para o enriquecimento da língua nesta perspectiva, em que ela vai autonomizando os seus filhotes, para eles crescerem e se autonomizarem relativamente à língua mãe, como ocorreu com a língua inglesa nos Estados Unidos. Mas se formos a pensar o enriquecimento da língua como reenvio, realimentação de uma língua mãe, acho que esta realimentação não existe. Exemplo disso é que aquela forma de falar que os brasileiros usam não é recuperada na Europa; e a forma de falar dos angolanos... há uma e outra palavra que a gente encontra, uma espécie de modismo, não é? Uma palavra que se usa, por exemplo, é *bué*, que é tipicamente angolana, usada em Portugal. Mas olho para este fenómeno como um modismo, não propriamente como uma absorção da palavra. *Maningue*, uma palavra moçambicana, também se usa; mas também como um certo modismo, não havendo uso generalizado. Se houvesse esta tendência, de uso geral... Há toda uma infinidade, milhões de palavras, milhões de expressões, milhões de formações sintáticas que são produzidas pelo povo brasileiro que teriam entrado na norma europeia; e não entraram nem estão a entrar. Aliás, aproveito a ocasião para dizer que acho absurda a ideia dos novos acordos ortográficos, um absurdo autêntico, porque há questões mais candentes em cada uma das nações, para serem resolvidas, do que tentar uniformizar uma coisa que não se uniformiza. Por que não vamos optar, tranquilamente, pela forma como optaram os ingleses, os brasileiros? Os americanos criaram a sua língua, têm lá a sua língua; há dificuldade de comunicação, mas entendem-se. Por que se tem que uniformizar? Isto não é possível; temos questões mais candentes internamente, relativamente a esta língua. Seja em Portugal, seja em Angola, seja em Moçambique, em Cabo Verde ou na Guiné, são questões que devem ser sistematizadas e estudadas. Agora vamos uniformizar uma coisa que não conhecemos? Quem propõe este acordo ortográfico conhece muito bem as tendências, as perspectivas e manifestações da escrita em Moçambique? Da escrita em Angola? Isto entrou na balança? Acho um absurdo. Sou pela liberdade absoluta do falante, porque quem produz a fala é o falante e não uma meia dúzia de linguistas que vão produzir uma lei de como é que se vai falar. Acho que o falante é que faz a língua e o gramático tem apenas a obrigação de *descrever* como o falante fala, como o falante a usa, e não criar regras de uniformização. Deveríamos repensar, por exemplo, porquê que havendo uma tendência cada vez mais galopante de se usar uma variante do português de Moçambique, ou de Angola, continuamos a submeter as crianças a avaliações com base numa norma que não usam e que desconhecem. Acho que este seria um grande problema a ser debatido e a ser colocado na balança neste momento, e não tentar criar um acordo com algo que muita gente até desconhece. Há muitos absurdos nesta história do acordo ortográfico.

Têm aparecido textos que mostram alguns desses absurdos, na queda das consoantes disto e daquilo; quer dizer, há absurdos que acho que não foram pensados, criaram-se leis a partir de generalizações em situações que deveriam ser olhadas de forma bastante excepcional, que acabam trazendo absurdos ilógicos.

C. Fortuna – Que importância a literatura oral deve jogar nos nossos países, até em função da oralidade que é característica do nosso continente?

N. Ngomane – Todas as sociedades partem de uma situação de oralidade, para chegarem a uma situação de escrita. Todas as sociedades têm, de alguma forma, uma componente de literatura oral. E esta, tal como a oralidade, é parte fundamental da cultura de qualquer sociedade, devendo-se tirar o máximo de proveito dos seus sistemas na construção da nação, dos novos sistemas culturais. Mesmo porque a literatura escrita, a música, o canto, o teatro têm tirado proveito do sistema da oralidade, inclusive do próprio sistema da literatura oral. As linguagens diversas que existem, não só na literatura oral, como também na oralidade, são fontes fundamentais para a produção de sistemas estéticos, das nossas representações culturais – seja ao nível da música, da literatura, do teatro, do cinema ou da dança. Há todo um manancial dos nossos sistemas de oralidade, com as suas diversas linguagens, que deve ser reaproveitado para produzir novas realidades culturais, novas realidades sociais, novas realidades didáticas, enfim, novas realidades de tudo e mais alguma coisa. Neste sentido, acho que vale a pena prestar atenção a estes sistemas literários e tirar proveito do que existe de bom para produzir novas coisas, um pouco na senda daquela máxima da física: *no mundo nada se perde, nada se cria; tudo se transforma*.

C. Fortuna – Gostávamos de ouvir a sua virtude de razão, relativamente à defesa da ideia de que as nossas literaturas deviam ser escritas nas nossas línguas nacionais...

N. Ngomane – É um tópico bastante polémico, e não é uma polémica de agora, é uma polémica antiga, dividindo uma série de estudiosos. Woly Soyinka, por exemplo, defende que cada um deve escrever na língua em que se sente melhor. Concordo com ele e com as pessoas que assim fazem. Lembro-me de que Fernando Pessoa escreveu uma série de textos em inglês. E devia sentir-se bem, escrevendo em inglês. Vários outros autores escolheram uma língua para escrever. Lembro-me do caso de Ngungi Wa T'hiong, um escritor queniano que optou por escrever em kikuyo. Ngungi defende categoricamente que o africano deve escrever nas suas próprias línguas. Só que é a tal coisa... como a gente encaixa isto, numa situação em que intervêm vários e diversos outros factores? Ngungi escreve em kikuio, mas quer ser lido por gente que não lê kikuio, quer ser lido em Moçambique, por exemplo. Qualquer escritor quer ser lido e o meio kikuio é reduzido; ele escreve em kikuio e depois tem que traduzir as obras para inglês. Não sei se isto é tão confortável. Há vários outros factores que impedem que esta ideia, que é uma ideia natural, se cumpra cabalmente. Uma literatura deve falar a sua própria língua, mas os ventos da história mudaram esta lógica. Porquê que não estamos aqui a fazer esta entrevista na minha língua materna? Seria interessante! Mas como é que você, que é mucuvale ou umbundu ou kimbundu, como é que você que não fala xithswa, a minha língua materna, vai se entender comigo?

A lógica da apropriação da língua portuguesa pelos movimentos de libertação africanos (a FRELIMO, o MPLA e o PAIGC) foi uma apropriação não só lógica, mas estratégica, de acordo com a realidade histórica, numa situação em que cada um de nós fala uma língua diferente. É natural que cada um de nós tivesse uma estratégia

que nos permitisse comunicar completamente; essa estratégia foi a apropriação da língua portuguesa, que foi uma ideia fantástica! Posso ler Mia Couto da maneira como o meu irmão angolano lê Mia Couto, o meu irmão cabo-verdiano lê Mia Couto. Se eu escrevesse em xithswa ou em ronga, talvez houvesse problemas para ser entendido; só se tivesse que investir, como faz Ngungi, numa tradução. Teria dificuldades em ser lido. É uma questão bastante polémica; mas faz sentido pensar que deveríamos escrever nas nossas próprias línguas, como a literatura inglesa fala em inglês, a francesa fala em francês. É preciso reparar que as literaturas americanas não falam as línguas ameríndias, a literatura brasileira não fala tupi, não fala tupinambá e por aí fora. Têm uma realidade histórica que é, mais ou menos, similar às nossas, com a diferença fundamental de que nós não fomos dizimados como o foram os índios. Mas existe esta lógica de usar esta língua da qual nós nos apropriamos ou, como diria Luandino Vieira, este troféu de guerra. Nós temos este troféu de guerra, a língua portuguesa. E, como diz o meu conterrâneo Luís Bernardo Honwana, esta língua já não é pertença absoluta e exclusiva dos portugueses. A língua portuguesa também é nossa. Então, nós podemos escrever livremente em língua portuguesa.

C. Fortuna – Vem agora a questão da tradução. Ou seja, se o autor domina uma determinada língua nacional, mas tem que escrever em português, não há o risco de se perder alguma originalidade?

N. Ngomane – Existe essa possibilidade. Mas acontece que a maior parte dos escritores, mesmo aqueles que escrevem na sua língua materna (sendo esta uma língua bantu), tem domínio perfeito da língua portuguesa. É o caso de Ngungi, que tem domínio perfeito da língua inglesa. Aliás, o grande paradoxo de Ngungi é escrever em kikuyo (porque faz questão de escrever em kikuyo) e estar radicado na Inglaterra. Quem defende que deve escrever na sua própria língua devia estar na sua própria terra; ou não? Isto é um paradoxo, que tem a ver com estas dinâmicas de hoje, tem a ver com o contexto de hoje. É um pouco aquele jogo do *Velho e o mar*, no célebre romance de Hemingway: quando é para dar corda, você tem de dar a corda; quando é para puxar a corda, a gente tem de puxar a corda. É um negócio de tolerância, diálogo. Dialogamos permanentemente com os ambientes, com os momentos históricos. E esta coisa do diálogo não é apenas uma questão de comunicação entre pessoas; o diálogo é uma questão também de comunicação com o meio que nos cerca, com a cultura, com as circunstâncias, com as situações. Dialogar sempre com elas. Deve haver sempre um espaço de negociação, permanentemente, sem “fixismos”. Tem que haver um espaço de negociação permanentemente, um espaço de diálogo permanentemente, exactamente para não entrar neste tipo de paradoxo: vou escrever em ronga, mas vou morar na “metrópole”. Não tem uma coisa a ver com a outra.

C. Fortuna – Para terminar, gostaria que nos deixasse um conselho, para as pessoas que gostavam de navegar para o mundo da escrita, dos estudos literários e, sobretudo, da crítica.

N. Ngomane – Muita leitura. Muita leitura, muita leitura, muita leitura. É preciso ler muito. Para fazer um texto de crítica literária é preciso ler. É preciso conhecer muito bem o texto que a gente vai analisar. E é preciso, também, conhecer muito bem os instrumentos de análise, outros textos que nos fornecem instrumentos para projectar outras possibilidades e os textos que fornecem elementos para darmos os pontos de saída. Por isso, é preciso ler, ler e ler muito! É o grande conselho que se dá para se fazer crítica literária.

NOTAS

1. A presente entrevista foi inicialmente publicada no Semanário Angolense (Luanda), nº 413, de 23/4/2011, pp. 39-40 e nº 414, de 30/4/2011, pp. 42-44. Retomamo-la aqui, com a devida vénia e agradecendo a disponibilidade manifestada pelo Director desse jornal, Salas Neto.
 2. Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda (ISCED de Luanda).
 3. Leia-se *tchitsua*.
 4. Leia-se *tchopi*.
-

AUTORES

NATANIEL NGOMANE

Doutor em Estudos Comparados de Literatura pela Universidade de São Paulo e licenciado em Linguística pela Universidade Eduardo Mondlane. Professor na Universidade Eduardo Mondlane, sendo Director da Escola de Comunicação e Artes. É Professor Visitante na Universidade de São Paulo (Brasil), Universidade do Minho, Universidade de Coimbra e Universidade de Trás-os-Montes (Portugal), Universidade de Bayreuth (Alemanha), Universidade de Nottingham (Reino Unido) e Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (Angola).
nngomane@yahoo.com